

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Maurício Bazilio/SESRJ



O Teste do Pezinho permite o diagnóstico de doenças

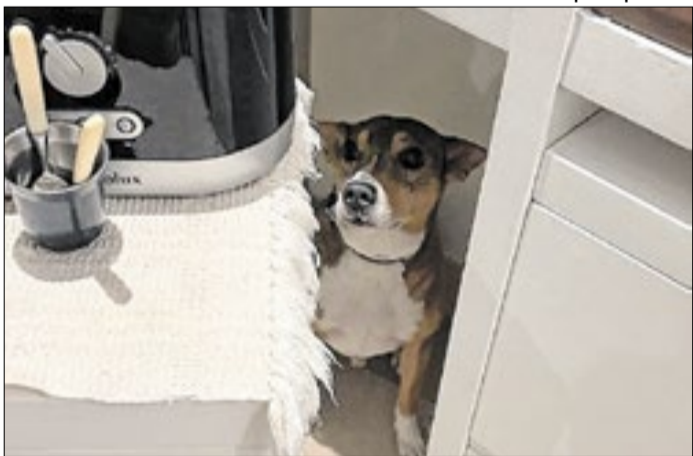
Junho Lilás: Campanha destaca o Teste do Pezinho

O Dia Nacional do Teste do Pezinho, em 6 de junho, abre a campanha Junho Lilás no Rio de Janeiro. A rede pública do estado rastreia 54 doenças raras, após ampliação feita em 2023. Nos últimos três anos, foram quase 300 mil exames, com cobertura de 75% em 2025. O SUS fluminense conta com 1.074 postos de coleta do Programa de Triagem Neonatal, somando cerca de 11 mil testes mensais. O exame detecta males metabólicos, genéticos e infecciosos que podem causar sequelas graves ou óbito se não tratados logo. “O diagnóstico precoce permite iniciar o tratamento rapidamente, aumentando as chances de desenvolvimento saudável”, diz Roberta Serra, da Secretaria de Saúde.

Prazo ideal e doenças identificadas

A coleta deve ocorrer entre o terceiro e o quinto dia de vida do bebê em uma unidade básica de saúde. Além de hipotireoidismo congênito, fibrose cística e toxoplasmose, o teste ampliado identifica galactosemias, aminoacidopatias e distúrbios da betaoxidação dos ácidos graxos. Em crianças prematuras ou internadas, o hospital garante o exame. O resultado fica disponível no site clicxame.com/srtn/.

Arquivo pessoal



Cãozinho Lunga se assusta com fogos de artifício

Menos barulho, mais bem-estar aos pets

A Alerj aprovou o Novo Código Estadual de Direito dos Animais (Lei 11.096/26), que proíbe o uso de fogos de artifício com estampido em eventos públicos no Rio. A medida chega em ano de Copa do Mundo, período em que os pets sofrem com o barulho dos rojões. O texto reconhece que os animais possuem dignidade e consciência, sendo passíveis de sofrimento. Segundo a veterinária Jéssica Boechat, da Fiocruz, o ruído intenso gera pânico, tremores e fugas desesperadas. A restrição não se aplica aos fogos visuais, sem barulho.

Punições e novas estruturas

O código lista 40 formas de maus-tratos. O infrator será obrigado a arcar com os gastos veterinários do animal afetado. O texto proíbe intervenções estéticas como piercings, tatuagens e corte de orelhas. A Alerj também aprovou um projeto de Rodrigo Amorim (PL) que autoriza a criação do Instituto Médico Veterinário Legal (IMVL), órgão que fará perícias para ajudar a Polícia Civil a investigar crimes contra os animais.

Rio Farmes

A Secretaria de Saúde (SES-RJ) anunciou melhorias no atendimento da Rio Farmes após visita do secretário Ronaldo Damiano à Praça XI. O novo fluxo inclui o aviso prévio por telefone aos pacientes caso o remédio falte, evitando viagens perdidas, além de reforço no teleatendimento e mais conforto nas áreas de espera.

Apoio à mulher

A Alerj vai fiscalizar o Maracanã para verificar o cumprimento da Lei 10.773/25, que exige postos de atendimento para mulheres vítimas de violência e assédio em estádios. O objetivo é garantir acolhimento sem que elas precisem deixar o local. O descumprimento gera multas de até R\$ 90 mil e interdição.

Botão de pânico

As UPAs estaduais do Rio começaram a receber o “botão de pânico” para proteger profissionais de saúde contra agressões. A ferramenta envia um alerta direto ao Centro de Comando da PMERJ e à segurança interna. O sistema já foi instalado em todas as UPAs e aguarda a conclusão do protocolo com a PM.

BiblioBR

O Ministério da Cultura lançou a Plataforma BiblioBR e firmou um acordo de cooperação de 30 anos com o Governo do Rio para fortalecer a rede de bibliotecas públicas e comunitárias. A ferramenta unifica dados para melhorar a gestão e criação de políticas públicas, além de permitir que unidades participem de editais e chamadas públicas do MinC.

Niterói Audiovisual

Niterói lançou o programa Niterói Audiovisual (NAV) em parceria com a Ancine. O plano prevê investir R\$ 150 milhões em quatro anos para tornar a cidade um polo criativo. Entre as ações estão a reabertura do Cinema Icaraí, a criação do Museu do Cinema Brasileiro e um grande festival de cinema para 2026.

Poda em Búzios

A Prefeitura de Búzios abriu uma licitação de R\$ 15,6 milhões para contratar uma empresa especializada na manutenção diária de praças e poda de árvores. A medida ocorre após cobranças de moradores sobre mato alto e falta de conservação em áreas de lazer. A abertura das propostas será no dia 30 de junho de 2026.



Visita avaliou a contaminação do Sarapuí e Baía de Guanabara

Alerj fiscaliza vazamento de chorume em Gramacho

Grupo de trabalho apura danos na Baía de Guanabara

Da Redação

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) realizou uma visita técnica ao Aterro do Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, após denúncias de descarte ilegal de chorume. A fiscalização, ocorrida na última semana, buscou identificar pontos de afloramento do resíduo tóxico e avaliar a contaminação do Rio Sarapuí e da Baía de Guanabara. Durante a diligência, o colegiado flagrou um despejo irregular por equipamento inadequado, e os responsáveis foram conduzidos à Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA).

A ação, que marcou a semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, reuniu órgãos como o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), a Polícia Ambiental, a Fiocruz e representantes de comitês de bacias e da pesca. Coletas de amostras de água e solo foram realizadas nos locais mais críticos para análise laboratorial.

A iniciativa é o primeiro desdobramento prático de um grupo de trabalho focado na gestão de efluentes no estado. O vice-presidente da CDMA, deputado Renato Machado (PT), protocolou a Indicação

Legislativa 660/26, que sugere diretrizes rigorosas ao Poder Executivo. O texto propõe proibir a diluição do chorume em estações de esgoto e exige tratamento próprio nos aterros, monitoramento público em tempo real e exames de saúde para os pescadores.

Saúde de pescadores prejudicada

As comunidades tradicionais pesqueiras da Baía de Guanabara sofrem com o avanço da poluição. Relatos apontam para o adoecimento de trabalhadores locais devido ao contato com as águas contaminadas. “O descarte incorreto afeta a saúde dos pescadores e de famílias que dependem dessas águas”, alertou Machado. O deputado Marcelo Dino (PL) também integrou a comitiva e reforçou a necessidade de ações que tragam melhorias urgentes.

Lei sobre tratamento de chorume

A fiscalização se apoia na Lei Estadual 9.055/20, de autoria do deputado Carlos Minc (PSB), que obriga a remediação de aterros encerrados e proíbe a diluição do chorume como técnica de tratamento. Para expandir o debate, a Alerj promoverá a exposição gratuita “Governança Ambiental” no Palácio Tiradentes, com abertura marcada para o dia 16 de junho.